

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2ª-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3ª-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

- 1 – PROPOSIÇÃO DE LEI**
- 2 – ATAS**
 - 2.1 – Comissões
- 3 – ORDENS DO DIA**
 - 3.1 – Plenário
 - 3.2 – Comissões
- 4 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 4.1 – Comissões
- 5 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 7 – ERRATAS**



PROPOSIÇÃO DE LEI

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.988

Declara de utilidade pública a Associação Estudantil Planurense – Assep –, com sede no Município de Planura.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Estudantil Planurense – Assep –, com sede no Município de Planura.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 25 de outubro de 2024.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário



ATAS

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 9/10/2024

Às 9h40min, comparecem à reunião as deputadas Beatriz Cerqueira e Ione Pinheiro e o deputado Ulysses Gomes (substituindo o deputado Professor Cleiton, por indicação da liderança do Bloco Democracia e Luta), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir,

comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Secretaria de Estado de Educação (um ofício em 19/7/2024, três ofícios em 29/8/2024, um ofício em 4/9/2024, um ofício em 13/9/2024, um ofício em 19/9/2024, um ofício em 25/9/2024 e três ofícios em 3/10/2024). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.499/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Escola Estadual Narciso de Queirós, situada em Conselheiro Lafaiete, pela celebração dos 60 anos de excelência e tradição;

nº 10.527/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer que seja realizada audiência de convidados para proceder à entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações com a Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – e a Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – pelos 35 anos do reconhecimento como universidades estaduais pela Constituição do Estado;

nº 10.528/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – pelos 35 anos de sua fundação, em 21 de setembro de 1989, e por ser uma instituição pública relevante, que contribui com a melhoria e a transformação da sociedade, atendendo a suas aspirações e interesses e promovendo o ensino, a pesquisa e a extensão com eficácia e qualidade;

nº 10.529/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – pelos 35 anos de sua fundação, em 21 de setembro de 1989, e por ser referência na promoção do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo para a formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento e a integração dos setores da sociedade e das regiões do Estado;

nº 10.536/2024, do deputado Alencar da Silveira Jr., em que requer seja formulado voto de congratulações com o Colégio Nossa Senhora da Piedade, de Congonhas, pelos 61 anos de sua fundação, tendo conquistado, pelo sexto ano consecutivo, o 1º lugar no Exame Nacional do Ensino Médio – Enem – na região do Alto Paraopeba;

nº 10.549/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública, para a qual seja convidado o Sr. Igor de Alvarenga Oliveira Icassatti Rojas, secretário de Estado de Educação, para cobrar do governo do Estado a resolução dos encaminhamentos da audiência pública realizada na 17ª Reunião Extraordinária da comissão, em 25/4/2024, que debateu os impactos da Resolução SEE nº 4.955, de 5 de fevereiro de 2024, na organização e no funcionamento dos centros estaduais de educação continuada – Ceseacs;

nº 10.555/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com Maria Beatriz Boschi pelos relevantes serviços prestados no exercício da profissão de bióloga, que completa 45 anos de regulamentação em setembro de 2024;

nº 10.576/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com Millena Xavier Martins pela classificação no Global Student Prize 2024, considerado o “Prêmio Nobel Estudantil”, representando o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Viçosa;

nº 10.596/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para, conforme demanda da comunidade da Escola Estadual Senador Levindo Coelho, situada em Ubá, a realização da troca da matriz curricular das turmas do ensino médio em tempo integral de 9 para 7 horas diárias, no Plano de Atendimento Escolar de 2025;

nº 10.597/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que candidatos não inscritos, nos termos das resoluções de contratação vigentes e da ordem de prioridade determinada pelas referidas resoluções, não sejam impedidos de concorrer às convocações e contratações nas funções do

Quadro do Magistério da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais em razão do período eleitoral, conforme asseguram os incisos IV e VI do art. 16 da Resolução SEE nº 4.920, de 2023;

nº 10.598/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para imediata realização de obras de reforma e ampliação da Escola Estadual Melo Viana, localizada em Belo Horizonte;

nº 10.599/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que a movimentação de pessoal referente à designação de local de exercício regional e estadual seja imediatamente retomada, conforme garantem as Leis nºs 7.109, de 1977, e 869, de 1952, tendo em vista a suspensão do processo, divulgada pela SEE;

nº 10.670/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a necessidade de alteração do Plano de Atendimento 2025, da Escola Estadual Senador Levindo Coelho, em Ubá, de modo a efetivar os anseios da comunidade escolar no que se refere ao combate à evasão e ao abandono escolar;

nº 10.699/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações acerca do projeto Trilhas de Futuro Educadores, especificando-se quais motivos levaram à não oferta de cursos de doutorado em 2024; se há possibilidade de inclusão de cursos de doutorado em futuras edições do programa; e se existem alternativas ou programas disponíveis para profissionais da educação que buscam avançar em nível doutoral;

nº 10.702/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre os servidores que estão em afastamento preliminar para aposentadoria; o número total de servidores nessa situação; a distribuição deles por setor ou departamento; a duração média desses afastamentos preliminares; e a estimativa do número de aposentadorias a serem concedidas nos próximos meses;

nº 10.744/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que sejam realizadas obras na Escola Estadual José Alvarez Filho, em Guarani, que garantam a todos os alunos e à comunidade escolar acessibilidade à edificação e aos demais ambientes escolares; para que seja instalado um elevador que permita aos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida o acesso ao segundo pavimento, onde funcionam espaços fundamentais, como biblioteca, refeitório e sala de informática; e para que sejam realizadas obras de ampliação do refeitório;

nº 10.745/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que seja divulgado imediatamente o cronograma das etapas previstas para o novo concurso público para o quadro de servidores da Secretaria de Estado de Educação, nos termos da Resolução Conjunta Seplag-SEE nº 10.915, de 2024;

nº 10.768/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre a disponibilização de matrícula para os cursos técnicos de artes oferecidos pelo Centro Interescolar de Cultura, Arte, Linguagens e Tecnologias – Cicalt – através do Sistema Único de Cadastro e Encaminhamento para Matrícula – Sucem –, especificando-se a abrangência dessa matrícula; os critérios considerados para a disponibilização desses cursos, levando em conta sua especificidade cultural; e a previsão de expansão da oferta desses cursos para atender uma demanda maior;

nº 10.769/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre as atuais formas de divulgação dos cursos técnicos de artes ofertados pelo Centro Interescolar de Cultura, Arte, Linguagens e Tecnologias – Cicalt –, especificando-se quais são os canais e estratégias utilizados atualmente para promover esses cursos, se existe planejamento para intensificação e ampliação dos meios de divulgação de informações sobre esses cursos nos próximos anos e quais são os resultados observados até o momento em relação à adesão dos alunos a partir da divulgação oficial promovida pelo governo do Estado;

nº 10.770/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre o planejamento de abertura de vagas para os cursos de artes visuais, artes circenses e dança no Centro Interescolar de Cultura, Arte, Linguagens e Tecnologias – Cicalt –, previstos para o primeiro semestre de 2025, explicitando-se os planos para a oferta dessas modalidades de curso; o número de vagas estimado para cada um dos cursos mencionados; a possibilidade de ampliação das vagas em relação aos anos anteriores e, caso não seja possível, os motivos que levaram a isso e as alternativas implementadas anteriormente para evitar a indisponibilidade de vagas;

nº 10.804/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência de convidados para a entrega do diploma referente ao voto de congratulações com o Sr. Cláudio Couto Terrão, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;

nº 10.805/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Cláudio Couto Terrão pelo essencial serviço prestado ao Estado como conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, destacando-se sua valorosa atuação na fiscalização e defesa do investimento de recursos públicos na educação estadual e municipal, com vistas ao fortalecimento das políticas públicas voltadas para essa área;

nº 10.806/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre as medidas que estão sendo implementadas para o fiel cumprimento das Leis nºs 24.844, de 27/6/2024, e 24.786, de 6/6/2024, conforme encaminhamento da 29ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 19/9/2024, que teve como finalidade debater a necessidade de garantia da assistência do professor de apoio à comunicação, linguagem e tecnologias assistivas – ACLTA – a todos os alunos com deficiência nas escolas, visando ao melhor interesse da criança e do adolescente e ao seu pleno desenvolvimento;

nº 10.814/2024, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov –, à Prefeitura Municipal de Leopoldina e à Câmara Municipal de Leopoldina pedido de providências para que seja constituído um grupo de trabalho entre o Poder Executivo Estadual, a Câmara Municipal de Leopoldina e a Prefeitura Municipal de Leopoldina, com o objetivo de solucionar o impasse referente à efetivação da Lei nº 3.782, de 2006, que trata da permuta de terrenos públicos entre esses entes; e para que sejam apresentadas alternativas de repasses por parte desses órgãos, a fim de garantir a reforma da quadra da Escola Estadual Emílio Ramos Pinto, instituição de ensino localizada em terreno de propriedade do Município de Leopoldina e objeto da lei mencionada;

nº 10.815/2024, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Leopoldina e à presidente da Câmara Municipal de Leopoldina pedido de informações sobre os motivos pelos quais a Lei nº 3.782, de 2006, que trata da permuta de imóveis entre o Município de Leopoldina e o Estado, ainda não foi efetivada;

nº 10.820/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre o cronograma de execução das obras em curso na Escola Estadual José Ribeiro da Silva, no Município de Baldim, a partir da celebração dos Termos de Contrato nºs 935781, no valor de R\$165.019,74, cujo objeto é “emenda – reforma com adequação da cozinha, dos banheiros dos alunos e banheiro PcD”, com avanço físico de 40,06%; e 938354, no valor de R\$77.362,70, cujo objeto é “5ª lista ‘Mãos à Obra’ emergencial – reconstrução de parte do muro da quadra MEC (muro que desabou)”, com avanço físico de 61,96%;

nº 10.832/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer a realização de audiência de convidados para a entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações com os professores e alunos autores do livro “BH é quem? BH é nós! Desvendando Horizontes”;

nº 10.835/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre todos os servidores atualmente lotados na Superintendência Regional de Ensino de Divinópolis, especificando-se:

nome completo do servidor, cargo de origem, data de posse no respectivo cargo, data de lotação na superintendência, área de atuação, número e identificação de cargos vagos, se existentes, e previsão de nomeações oriundas de eventuais concursos ainda vigentes;

nº 10.854/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública, para a qual seja convidado o secretário de Estado de Fazenda, para debater os impactos do Decreto nº 48.886, de 2024, na remuneração e na carreira dos servidores da educação básica e do ensino superior, bem como na prestação dos serviços públicos de educação;

nº 10.855/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com Otavio Henrique Ferreira da Silva pela valiosa contribuição como coordenador-geral do Programa Erês – Curso de Formação Continuada em Educação Infantil, Infâncias e Relações Étnico-Raciais –, promovido pela Uemg e destinado à formação de professores que atuam nas instituições públicas e privadas de educação infantil no Brasil;

nº 10.856/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer a realização de audiência de convidados para a entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações com os docentes e alunos da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – que foram responsáveis pela realização do Programa Erês – Curso de Formação Continuada em Educação Infantil, Infâncias e Relações Étnico-Raciais;

nº 10.857/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que seja fornecida alimentação aos analistas de educação básica, na função de psicólogos e assistentes sociais, durante o recesso escolar e as férias escolares, ou para que haja, durante o referido período, a concessão da ajuda de custo para despesas com alimentação prevista no art. 189 da Lei nº 22.257, de 2016, e no art. 30 da Lei nº 21.710, de 2015.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2024.

Beatriz Cerqueira, presidenta – Professor Cleiton – Lohanna – Sargento Rodrigues.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 15/10/2024

Às 11h44min, comparecem à reunião os deputados Sargento Rodrigues, Charles Santos (substituindo o deputado Delegado Christiano Xavier, por indicação da liderança do BMF) e Doutor Jean Freire (substituindo o deputado Luizinho, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e a suspende por prazo indeterminado. A reunião é reaberta às 11h44min, com a presença dos deputados Sargento Rodrigues, Lucas Lasmar (substituindo o deputado Luizinho, por indicação da liderança do BDL) e Charles Santos (substituindo o deputado Delegado Christiano Xavier, por indicação da liderança do BMF). O presidente, deputado Sargento Rodrigues, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (um ofício em 27/6/2024, um ofício em 17/7/2024 e três ofícios em 14/8/2024); da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (um ofício em 13/6/2024 e dois ofícios em 2/8/2024); da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (um ofício em 2/8/2024); da Polícia Militar de Minas Gerais (um ofício em 12/7/2024, um ofício em 23/7/2024, um ofício em 28/8/2024 e um ofício em 12/9/2024); e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (um ofício em 7/8/2024). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.896/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que o comandante do 11º Batalhão de Polícia Militar seja orientado a cumprir o Memorando nº 30.078.2/2024 – EPPM, sob pena de ser realizada nova audiência pública na Comissão de Segurança Pública para tratar do descumprimento desse memorando;

nº 10.897/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja garantido o pagamento integral e tempestivo das diárias devidas aos policiais militares lotados na 18ª Região de Polícia Militar, como, por exemplo, os oficiais médicos e os motoristas que, em exercício no Município de Poços de Caldas, foram empenhados em Alfenas; aos militares participantes do Treinamento Policial Básico e do Curso Especial de Formação de Sargentos; e aos militares que se deslocaram por mais de 200km até Monte Verde, onde prestaram o devido serviço; bem como para que sejam adotadas as medidas necessárias para o afastamento definitivo do pagamento fracionado dos valores legalmente previstos, prática frequentemente denunciada à comissão;

nº 10.898/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – pedido de providências para, em relação ao Memorando nº 754/2024, avaliar a possibilidade de transferir a Casa do Albergado Presidente João Pessoa para o imóvel situado na Rua João Alfredo, nº 92, no Bairro Horto, em Belo Horizonte, onde atualmente funciona a carceragem do Centro de Integração do Adolescente Autor de Ato Infracional – CIA-BH –, que passaria a ocupar o prédio localizado na Rua João Alfredo, nº 3.800, no mesmo bairro, antes ocupado pelo Centro de Internação Santa Terezinha, o qual apresenta infraestrutura compatível com o CIA-BH;

nº 10.899/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para a instalação, com urgência, de sistema de monitoramento por câmeras na Avenida Guaratã, no trecho compreendido entre a Avenida Silva Lobo e a Rua Campos Melo, no Bairro Calafate, em Belo Horizonte, considerando o estado crítico em que se encontra a citada região, tomada por lixo e entulhos e pela presença constante de pessoas em situação de rua, catadores de lixo e usuários de drogas, que comprometem a segurança e a qualidade de vida dos moradores da região; e para a revitalização e a iluminação da região e a implantação do chamado “Ponto Limpo” ao longo da citada avenida, especialmente no trecho defronte ao imóvel de número 1.567, onde ocorre, com frequência, o descarte irregular de lixo, que não apenas torna a passagem difícil como cria um ambiente insalubre, inseguro e degradante;

nº 10.900/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – e à Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo – Suase – da Sejustp pedido de providências para tornar sem efeito o Memorando Sejustp-DSS nº 1.881/2024, uma vez que o Decreto nº 48.348, de 2022, por força do parágrafo único do seu art. 1º e dos §§ 10 e 12 do seu art. 10, não se aplica ao sistema socioeducativo; para, em ato contínuo, determinar a remoção dos agentes de segurança socioeducativos em exercício no Centro de Internação Provisória Dom Bosco; e para empenhar os referidos servidores em atividades de escolta, no âmbito da unidade Dom Bosco, enquanto aguardam as respectivas movimentações;

nº 10.901/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento do Cap. BM Wilker Tadeu Alves da Silva, do Sgt. BM Welerson Gonçalves Filgueiros, do Sgt. BM Gabriel Ferreira Lima e Silva, do Ten. BM Victor Stehling Schirmer, de Bruno Sudário França, enfermeiro do Samu, e de Marcos Rodrigo Trindade, médico do Samu, tripulantes do helicóptero Arcanjo 04, que, em 11/10/2024, caiu em Ouro Preto;

nº 10.902/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja instalada, com urgência, uma base comunitária na Avenida Guaratã, no trecho compreendido entre a Avenida Silva Lobo e a Rua Campos Melo, no Bairro Calafate, em Belo Horizonte;

nº 10.903/2024, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja formulado voto de congratulações com Eduardo Braga Corrêa, delegado de polícia, pelo brilhante trabalho que resultou na conclusão do inquérito policial sobre o feminicídio ocorrido em Elói Mendes;

nº 10.904/2024, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja formulado voto de congratulações com Vinícius Freire Fagundes, perito criminal, pelo brilhante trabalho que resultou na conclusão do inquérito policial sobre o feminicídio ocorrido em Elói Mendes;

nº 10.905/2024, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja formulado voto de congratulações com Tiago Batista Braga, perito criminal, pelo brilhante trabalho que resultou na conclusão do inquérito policial sobre o feminicídio ocorrido em Elói Mendes;

nº 10.906/2024, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja formulado voto de congratulações com Dayane Mendes Rodrigues pelo brilhante trabalho que resultou na conclusão do inquérito policial sobre o feminicídio ocorrido em Elói Mendes;

nº 10.907/2024, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja formulado voto de congratulações com Kilze Rocha Guimarães, investigadora de polícia, pelo brilhante trabalho que resultou na conclusão do inquérito policial sobre feminicídio ocorrido em Elói Mendes;

nº 10.908/2024, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja formulado voto de congratulações com Eduardo Guilherme Gonçalves, escrivão de polícia, pelo brilhante trabalho que resultou na conclusão do inquérito policial sobre o feminicídio ocorrido em Elói Mendes;

nº 10.909/2024, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja formulado voto de congratulações com Alexandre César Prado de Siqueira, escrivão de polícia, pelo brilhante trabalho que resultou na conclusão do inquérito policial sobre o feminicídio ocorrido em Elói Mendes.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 2024.

Sargento Rodrigues, presidente – Eduardo Azevedo – Luizinho.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 15/10/2024

Às 14h39min, comparecem à reunião a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Leonídio Bouças, Professor Cleiton e João Junior (substituindo a deputada Nayara Rocha, por indicação da liderança do BMF), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mails*, recebidos pelo Fale com as Comissões, do Sr. Liomar Napoleão Lino, questionando a atuação dos leituristas da Cemig em Contagem; do Sr. Moisés Paulo dos Santos Junior, solicitando a sustação do art. 2 do *caput* do Decreto nº 45.969, de 2012; e do Sr. Daniel Vitor Alves de Andrade, denunciando eventuais irregularidades em processo licitatório promovido pelo Consórcio Intermunicipal dos Municípios do Extremo Sul de Minas em Cambuí. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (dois ofícios em 13/7/2023); do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (três ofícios em 4/8/2023 e três ofícios em 7/9/2023); do Ministério da Fazenda (um ofício em 17/1/2024); da Secretaria de Estado de Saúde (um ofício em 11/4/2024); da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (um

ofício em 17/1/2024); e da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (um ofício em 24/1/2024). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, na forma do vencido em 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.381/2021 e 2.601/2024 (relator: deputado Leonídio Bouças); 1.171 e 1.436/2023 (relator: deputado João Junior); e 1.332/2019, 1.138 e 1.501/2023 (relator: deputado Professor Cleiton); pela aprovação, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, dos Projetos de Lei nºs 1.890/2023 (relator: deputado Roberto Andrade); 3.070/2021, 1.636, 1.661 e 1.800/2023 (relator: deputado Leonídio Bouças); 1.135, 1.305 e 1.799/2023 (relator: deputado João Junior); 1.565 e 1.660/2023 (relator: deputado Professor Cleiton); e 1.292/2023 (relatora: deputada Beatriz Cerqueira). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 7.876, 7.980 e 8.187/2024. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Registra-se a presença do deputado Rodrigo Lopes. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 10.575/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos e à Casa Civil da Presidência da República pedido de providências para que seja deferido o pedido da Diretoria-Geral da Polícia Rodoviária Federal com vistas a que sejam realizadas ao menos 473 nomeações dos candidatos aprovados no concurso público regido pelo Edital nº 1, de 18 de janeiro de 2021, que já se encontram aptos a serem convocados, em razão da necessidade de suprir o déficit de servidores efetivos na Polícia Rodoviária Federal;

nº 10.666/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – e à Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A. – EPR Sul de Minas –, em Pouso Alegre, pedido de providências para a ampliação dos programas de descontos progressivos e a implementação de tecnologias que permitam o pagamento automático das tarifas de pedágio pelos usuários, abrangendo as demais categorias de veículos, inclusive as motocicletas e motonetas, bem como para a adoção de políticas de isenção da tarifa de pedágio às motocicletas, tal como adotado pela Concessionária EPR Via Mineira S.A., empresa pertencente ao mesmo grupo econômico e responsável pela concessão da BR-040;

nº 10.667/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a necessidade de regulamentação da aposentadoria para pessoas com deficiência no Regime Próprio de Previdência Social de Minas Gerais;

nº 10.668/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja regulamentada a aposentadoria para pessoas com deficiência no Regime Próprio de Previdência Social de Minas Gerais;

nº 10.669/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre a regulamentação da aposentadoria de pessoas com deficiência, no Regime Próprio de Previdência Social de Minas Gerais;

nº 10.773/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que seja prorrogado o regime de teletrabalho no âmbito dos órgãos, autarquias e fundações do Poder Executivo, conforme disposto no art. 7º da Lei nº 23.674, de 2020, e no inciso III do art. 8º do Decreto nº 48.275, de 2021;

nº 10.813/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que seja realizada, com urgência, a instalação de rede de iluminação pública na Avenida Brasil, no Bairro São Francisco, no Município de São José da Varginha;

nº 10.837/2024, do deputado Ricardo Campos, em que requer seja realizada audiência pública para debater a insegurança jurídica experimentada pelos oficiais interinos das serventias extrajudiciais em distritos e municípios do Estado, que continuam

sofrendo com as substituições promovidas pela Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais – CGJ-MG –, em desacordo com a Lei Complementar nº 174, de 2024.

Em seguida, é aprovado o relatório da visita ao Hospital Governador Israel Pinheiro, em Belo Horizonte, realizada em 28/8/2023, conforme publicação no *Diário do Legislativo* em 16/10/2024. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 2024.

Leonídio Bouças, presidente – Sargento Rodrigues – Professor Cleiton – Beatriz Cerqueira – Rodrigo Lopes.

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 15/10/2024

Às 15h4min, comparecem à reunião a deputada Maria Clara Marra e os deputados Thiago Cota e Charles Santos, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Gil Pereira. Havendo número regimental, o presidente, deputado Thiago Cota, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Secretarias de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (um ofício em 6/9/2024) e de Planejamento e Gestão (um ofício em 27/9/2024). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.232/2019, no 1º turno (deputado Celinho Sintrocel), 2.159/2024, no 1º turno (deputado Charles Santos), e 2.655/2024, em turno único (deputada Maria Clara Marra). O presidente comunica que o relatório final da reunião do Assembleia Fiscaliza – Prestação de Contas – 1º Ciclo de 2024, realizada em 28/6/2024, foi encaminhado à Mesa da Assembleia nos termos do art. 9º da Deliberação nº 2.705, de 2019, e publicado em 16/10/2024. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.319/2023 com a Emenda nº 1 (relatora: deputada Maria Clara Marra); e pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 45/2023 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relatora: deputada Maria Clara Marra); e 1.649/2023 na forma do Substitutivo nº 1 (relatora: deputada Maria Clara Marra). Foi solicitado pelo relator do Projeto de Lei nº 1.584/2023, deputado Thiago Cota, prazo para emissão do parecer. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 2.655/2024 (relatora: deputada Maria Clara Marra). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.543/2024, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Contagem, para debater os impactos das obras de instalação e do futuro funcionamento do empreendimento Viganó & Viganó, no Município de Betim, para o Bairro Riacho III, de Contagem;

nº 10.578/2024, da deputada Lud Falcão, em que requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit – pedido de providências para reparação e recuperação imediatas da BR-352 na altura do Km 5, no trecho que liga a BR-365 a Pilar, em razão da situação crítica do local, que atualmente se encontra com um atoleiro, dificultando o tráfego dos usuários da rodovia, especialmente dos caminhões que realizam a coleta de leite na região;

nº 10.606/2024, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública para apresentação e discussão sobre os encaminhamentos necessários e o cronograma para finalização do processo de concessão da BR-381 e outros assuntos relacionados com essa rodovia;

nº 10.656/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit – pedido de providências para restauração e manutenção da BR-259, especialmente no trecho que liga os Municípios de Gouveia e Curvelo;

nº 10.664/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que proceda, com urgência, à realização das obras de recapeamento e construção de acostamentos na Rodovia MG-176, que liga as cidades de Luz, Dolores do Indaiá, Quartel Geral e Abaeté, devido ao grave estado de deterioração do pavimento e ao alto índice de acidentes com vítimas fatais no local;

nº 10.680/2024, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao ministro da Fazenda e ao diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres pedido de informações consubstanciadas no cronograma de desembolso dos recursos de outorga que estão sendo pagos pela concessionária Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM – no bojo do processo de renovação antecipada do contrato com essa concessionária, detalhando-se os valores e a destinação desses recursos;

nº 10.681/2024, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres pedido de informações sobre o andamento das obras e compromissos de investimento assumidos pela concessionária Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM – no bojo do processo de renovação antecipada do contrato com essa concessionária, detalhando-se a situação de cada um deles e o cumprimento dos prazos definidos;

nº 10.708/2024, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja realizada visita à Presidência do Senado Federal com vistas a discutir o processo de renovação antecipada da concessão da Ferrovia Centro-Atlântica e sua influência sobre o desenvolvimento do transporte ferroviário no Estado;

nº 10.711/2024, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – pedido de providências para a realização de estudos, no processo de prorrogação contratual da concessão da Ferrovia Centro-Atlântica – FCA –, sobre a viabilidade de compartilhamento dessa via férrea para o transporte de passageiros, na Região Metropolitana de Belo Horizonte;

nº 10.713/2024, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que seja criado um grupo de trabalho com representantes da sociedade para elaborar propostas e defender os interesses do Estado na renovação da concessão da Ferrovia Centro-Atlântica;

nº 10.714/2024, da deputada Ione Pinheiro, em que requer sejam encaminhadas à Agência Nacional de Transportes Terrestres, ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica, ao Ministério dos Transportes, à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e ao Tribunal de Contas da União as notas taquigráficas da 7ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater os impactos sobre a economia do Estado da eventual interrupção do tráfego ferroviário no trecho de Corinto a Salvador, operado pela empresa VLI Logística, em especial para a empresa Magnesita e para o Município de Montes Claros;

nº 10.719/2024, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias – Seinfra – pedido de providências para que não chancela a proposta da concessionária Metrô BH para implantar linha singela entre as Estações Ferrugem e Barreiro, na Linha 2 (Calafate-Barreiro), ora em implantação;

nº 10.766/2024, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para a urgente melhoria das condições de segurança e trafegabilidade da antiga ponte sobre o Rio das Velhas, localizada no trecho da Rodovia MG-010 que liga os Municípios de Lagoa Santa e Jaboticatubas;

nº 10.794/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para instalação de faixas elevadas para pedestres, com sinalização horizontal, nas proximidades dos pontos de ônibus existentes ao longo das Rodovias MG-262 e MG-05, que liga Belo Horizonte e Sabará, bem como para instalação de passagem elevada e radar eletrônico, numa curva em frente à Rua Guaraciaba, que dá acesso à Escola Municipal Adão de Fátima, visando garantir maior segurança aos alunos;

nº 10.817/2024, do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit – pedido de providências para implementação de três faixas e alargamento das pontes na BR-251, especialmente na Serra de Francisco Sá, no Norte de Minas, uma vez que, devido ao elevado volume de tráfego e às más condições de pavimentação, a BR-251 tem enfrentado uma série de acidentes, sendo por isso apelidada de Rodovia da Morte;

nº 10.818/2024, do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado ao Ministério dos Transportes pedido de providências para implementar três faixas na BR-251 e alargar suas pontes, especialmente na Serra de Francisco Sá, no Norte de Minas;

nº 10.819/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para que sejam implementadas as seguintes melhorias na BR-176, no trecho que liga Dores do Indaí a Quartel Geral: reparo imediato dos buracos e das irregularidades no asfalto; melhoria na sinalização horizontal e vertical, incluindo a instalação de placas informativas, indicativas e de alerta, visando orientar os condutores de forma adequada; construção ou ampliação de acostamentos, proporcionando um local seguro para paradas de emergência e manutenção de veículos; instalação de dispositivos de segurança, como redutores de velocidade e barreiras de proteção, nos pontos críticos identificados ao longo da rodovia; implementação de programa de manutenção regular da via, com equipe permanente para garantir a conservação e a segurança em longo prazo, com vistas a garantir a segurança dos usuários e promover o desenvolvimento socioeconômico da região;

nº 10.822/2024, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para a realização de melhorias no trecho da Rodovia MGC-497 localizado entre os Municípios de Prata e Campina Verde, a fim de garantir condições de segurança e trafegabilidade;

nº 10.874/2024, do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para pavimentação da Rodovia LMG-690, desde o Km 123 da BR-040 até a Comunidade do Segredo, em João Pinheiro;

nº 10.876/2024, da deputada Maria Clara Marra, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para a construção emergencial de uma ponte no Córrego das Pedras, na Rodovia MG-402, que liga o Município de Urucuia ao de Pintópolis, tendo em vista que, em períodos de chuva, a cheia do córrego impede a passagem de veículos e pessoas, deixando comunidades isoladas;

nº 10.885/2024, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit – pedido de providências para a instalação de redutor de velocidade na BR-267, especificamente no perímetro urbano do Município de Lima Duarte;

nº 10.895/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para viabilizar as obras de restauração da pavimentação asfáltica na Rodovia LMG-762, que liga Abaeté até o encontro com a balsa utilizada para a travessia da Represa de Três Marias;

nº 10.914/2024, da deputada Maria Clara Marra, em que requer seja realizada audiência pública para debater a criação da Agência Reguladora de Transporte do Estado de Minas Gerais – Artemig.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2024.

Thiago Cota, presidente – Luizinho – João Junior.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 15/10/2024

Às 15h37min, comparecem à reunião a deputada Beatriz Cerqueira (substituindo o deputado Enes Cândido, por indicação da liderança do BDL) e os deputados Dr. Maurício e Grego da Fundação, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Dr. Maurício, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mails* das Sras. Maria Camargos, requerendo seja dada agilidade à aprovação do Projeto de Lei nº 779/2019, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores; Iracy Vaz dos Reis Filha Gomes, denunciando que o edital do concurso para promotor de justiça do Estado não respeita a legislação estadual; e Fabiana Cruzelina da Silva, encaminhando documentos diversos sobre sua curatela; e dos Srs. Andre Lucio Saldanha, requerendo apoio da comissão para que seja dada agilidade à tramitação do Projeto de Lei nº 1.203/2023 e seus anexos, que buscam reconhecer a surdez unilateral como deficiência; Vitor Faria Coelho, requerendo que a comissão encaminhe pedido de providências ao Estado para que seja ratificado o Convênio nº 147/2023, do Confaz; Giovani do Nascimento Souto, sugerindo que os deficientes auditivos sejam incluídos na lista de beneficiários de isenção de ICMS; e Anderson Claudio Pedrosa de Almeida, denunciando que o restaurante Topo do Mundo não oferece vaga de estacionamento para pessoas com deficiência. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.486/2024; pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.599/2022 na forma do Substitutivo nº 2 e 2.256/2024 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Grego da Fundação). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.451/2024, da deputada Maria Clara Marra, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Praia Clube pela convocação de seus atletas para representar o Estado brasileiro nas Paraolimpíadas de Paris 2024, destacando a região do Triângulo Mineiro no cenário esportivo internacional;

nº 10.452/2024, da deputada Maria Clara Marra, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Fundação Uberlandense do Turismo, Esporte e Lazer – Futel – pela convocação de seus atletas para representar o Estado brasileiro nas paraolimpíadas de Paris 2024, destacando a região do Triângulo Mineiro no cenário esportivo internacional;

nº 10.453/2024, da deputada Maria Clara Marra, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Clube Desportivo para Deficientes de Uberlândia – CDDU – pela convocação de seus atletas para representar o Estado brasileiro nas Paraolimpíadas de Paris 2024, destacando a região do Triângulo Mineiro no cenário esportivo internacional;

nº 10.454/2024, da deputada Maria Clara Marra, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Associação dos Deficientes Físicos de Uberaba – Adefu – pela convocação de seus atletas para representar o Estado brasileiro nas Paraolimpíadas de Paris 2024, destacando a região do Triângulo Mineiro no cenário esportivo internacional;

nº 10.618/2024, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as medidas adotadas pelo governo do Estado para a implementação da Lei nº 24.786, de 6 de junho de 2024, que institui o Sistema Estadual de Atendimento Integrado à Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo no âmbito do Estado;

nº 10.621/2024, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a atual situação da emissão das carteiras de identificação da pessoa com transtorno do espectro autista – Ciptea –, indicando-se o número de carteiras já emitidas pelo governo do Estado e especificando-se as medidas adotadas para ampliar o acesso da população a esse serviço nos municípios mineiros;

nº 10.816/2024, da deputada Maria Clara Marra, em que requer seja formulada manifestação de repúdio a Aline Silva Nunes pelas declarações, proferidas em mensagem de áudio enviada a diversos grupos de WhatsApp, que caracterizam discurso de ódio direcionado ao vereador Caio Nunes e que contêm, além de agressões políticas, termos capacitistas que desqualificam o parlamentar por sua condição de pessoa com deficiência, salientando-se que a afirmação de que o vereador seria inapto para exercer seu mandato em razão de sua deficiência, somada à expressão de nojo pela sua existência, configura conduta inadmissível e violadora dos direitos humanos.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 2024.

Dr. Maurício, presidente – Chiara Biondini – Doutor Paulo.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 16/10/2024

Às 15h5min, comparecem à reunião a deputada Lud Falcão e os deputados Raul Belém, Coronel Henrique e Dr. Maurício, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Raul Belém, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A presidência informa que foi encaminhado à Mesa o Relatório Final da reunião do Assembleia Fiscaliza – Prestação de Contas –, 1º Ciclo de 2024, realizada no dia 20/6/2024 (publicado no Diário do Legislativo de 17/10/2024), contendo as informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 935 e 1.460/2023, no 1º turno (deputado Coronel Henrique), 781 e 1.485/2023, no 1º turno (deputado Dr. Maurício), 1.554/2023, em turno único (deputada Marli Ribeiro), 2.480/2015, no 2º turno, 144/2023 e 1.956/2024, no 1º turno, e 811/2023, em turno único (deputado Raul Belém). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.676/2022 na forma do vencido em 1º turno (relator: Dr. Maurício) e, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.858/2023 (relator: deputado Coronel Henrique). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 811/2023 (relator: deputado Raul Belém), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 7.547, 7.982 e 8.329/2024. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.562/2024, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja realizada audiência pública para entrega do diploma referente ao voto de congratulações com a empresa Laticínios Lejane, do Município de Aiuruoca;

nº 10.647/2024, dos deputados Raul Belém e Antonio Carlos Arantes, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que seja intermediada a renegociação, com as instituições financeiras do Sistema Nacional de Crédito Rural, dos prazos de pagamento, da dilação de prazos ou das carências necessárias, em financiamentos do crédito rural já tomados ou mesmo da concessão de novos créditos a produtores atingidos por incêndios, em 2024, que tenham afetado sua capacidade de produção ou causado prejuízos aos meios de produção;

nº 10.648/2024, dos deputados Raul Belém, Antonio Carlos Arantes e Dr. Maurício, em que requerem seja encaminhado ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre a estrutura existente para o combate a incêndios florestais nas diversas regiões do Estado e as demandas de efetivo e equipamentos necessárias para o estabelecimento de condições aceitáveis de atuação da corporação;

nº 10.649/2024, dos deputados Raul Belém e Antonio Carlos Arantes, em que requer seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para que sejam mantidas em disponibilidade aeronaves de combate a incêndios nas diversas regiões de Minas Gerais e amplamente divulgados os canais e as regras de acionamento desses recursos;

nº 10.650/2024, dos deputados Raul Belém e Antonio Carlos Arantes, em que requer seja encaminhado à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – Cedec – pedido de providências para que sejam adotadas medidas governamentais para estimular a criação de entidades municipais de bombeiros civis orientadas pelo poder público estadual;

nº 10.651/2024, dos deputados Raul Belém e Antonio Carlos Arantes, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para que seja ampliada a faixa de manutenção e limpeza das faixas de domínio de rodovias estaduais ou que seja autorizado o produtor rural confrontante nessas faixas de efetuar a limpeza;

nº 10.652/2024, dos deputados Raul Belém e Antonio Carlos Arantes, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que sejam agilizadas as limpezas e a retirada de material combustível de faixas de servidão das linhas de transmissão em época coerente com o período crítico de risco de incêndios, em especial entre os dias 15 de julho e 15 de setembro de cada ano;

nº 10.653/2024, dos deputados Raul Belém e Antonio Carlos Arantes, em que requer seja encaminhado à Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit –, no Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte, pedido de providências para que sejam agilizadas a limpeza e a retirada de material combustível de faixas de domínio das rodovias federais no período crítico de risco de incêndios, em especial entre os dias 15 de julho e 15 de setembro de cada ano, instando-se as concessionárias de rodovias que cortam Minas Gerais a realizar o mesmo procedimento;

nº 10.654/2024, dos deputados Raul Belém e Antonio Carlos Arantes, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que seja revisto o regulamento e orientados os agentes ambientais no Estado de forma eximir de autuação produtores rurais atingidos por incêndios em que não houver identificação da autoria, originados fora de suas propriedades ou causadas por ação de pessoas alheias à gestão dos estabelecimentos rurais, limitando as autuações aos casos em que for constatado nexa causal com a gestão;

nº 10.655/2024, dos deputados Raul Belém e Antonio Carlos Arantes, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para que sejam agilizadas as limpezas e a retirada de material combustível de faixas de domínio das vias estaduais em período crítico de risco de incêndios, em especial entre os dias 15 de julho e 15 de setembro de cada ano;

nº 10.953/2024, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública para debater a evasão de gado no Estado, sem guia sanitária ou fiscal, para estabelecimentos frigoríficos situados no estado de São Paulo;

nº 10.954/2024, do deputado Raul Belém, em que requer seja realizada audiência pública para debater a agricultura irrigada e os potenciais avanços na produção sustentável em decorrência da Lei nº 24.931, de 25/7/2024;

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2024.

Raul Belém, presidente – Coronel Henrique – Dr. Maurício – Marli Ribeiro.

 **ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA,
EM 29/10/2024, ÀS 14 HORAS****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

Prosseguimento da votação, em turno único, do Veto nº 14/2024 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 25.820, que dispõe sobre a revisão geral do subsídio e do vencimento básico dos servidores públicos civis e militares da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado relator em Plenário, o deputado Professor Cleiton opina pela rejeição do veto.

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto nº 12/2024 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 25.757, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para o exercício de funções de magistério em órgãos e entidades da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado relator em Plenário, o deputado Rafael Martins opina pela manutenção do veto.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

**ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 29/10/2024****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.795/2022, da deputada Ana Paula Siqueira.

No 1º turno: Proposta de Emenda à Constituição nº 4/2023, dos deputados Grego da Fundação, Antonio Carlos Arantes, Arnaldo Silva, Betinho Pinto Coelho, Bosco, Bruno Engler, Carlos Henrique, Celinho Sintrocel, Coronel Henrique, Cristiano Silveira, Doorgal Andrada, Doutor Jean Freire, Doutor Wilson Batista, Dr. Maurício, Eduardo Azevedo, Enes Cândido, Gustavo Valadares, Leleco Pimentel, Lucas Lasmar, Mário Henrique Caixa, Marquinho Lemos, Neilando Pimenta, Rodrigo Lopes, Tito Torres, Zé Laviola e Adriano Alvarenga e das deputadas Andréia de Jesus, Beatriz Cerqueira e Marli Ribeiro; Projeto de Resolução nº 26/2023, do deputado Sargento Rodrigues; Projetos de Lei nºs 1.500/2023 e 1.761/2023, do deputado Lucas Lasmar; 2.510/2021, do deputado Sargento Rodrigues; 136/2023, do deputado Doutor Jean Freire; 1.021/2023, da deputada Nayara Rocha; 1.367/2023 e 1.932/2023, da deputada Beatriz Cerqueira; 2.294/2024, da deputada Nayara Rocha; 2.405/2024, do deputado Antonio Carlos Arantes; 2.456/2024, da deputada Bella Gonçalves; 2.469/2024, da deputada Maria Clara Marra; 2.596/2024, do deputado Enes Cândido; 2.603/2024, do deputado Zé Guilherme; 2.607/2024, do deputado Dr. Maurício; 2.689/2024, do deputado Rodrigo Lopes; 2.707/2024, do deputado Charles Santos; 2.718/2024, do deputado Raul Belém; e 2.781/2024, do governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.610/2024, do deputado Enes Cândido, e 2.692/2024, do deputado Raul Belém.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 29/10/2024**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.618/2021, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 1.263/2023, do deputado Eduardo Azevedo; e 1.710/2023, do deputado Lucas Lasmar.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 8.621 e 8.622/2024, da Comissão de Agropecuária e Agroindústria; e 8.653 e 8.654/2024, do deputado Sargento Rodrigues.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 29/10/2024**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 29/10/2024**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.246/2019, do deputado Mauro Tramonte, e 1.982/2024, dos deputados Cassio Soares, Adriano Alvarenga, Antonio Carlos Arantes, Bim da Ambulância, Celinho Sintrocel, Charles Santos, Cristiano Silveira, Delegado Christiano Xavier, Douglas Melo, Doutor Jean Freire, Doutor Paulo, Dr. Maurício, Enes Cândido, Fábio Avelar, Gil Pereira, Grego da Fundação, João Junior, João Magalhães, Leleco Pimentel, Leonídio Bouças, Lucas Lasmar, Mauro Tramonte, Professor Cleiton, Rafael Martins, Roberto Andrade, Rodrigo Lopes, Thiago Cota, Ulysses Gomes e Zé Guilherme e das deputadas Alê Portela, Andréia de Jesus, Bella Gonçalves, Chiara Biondini, Delegada Sheila, Ione Pinheiro, Leninha, Lohanna, Lud Falcão, Macaé Evaristo, Maria Clara Marra, Marli Ribeiro e Nayara Rocha.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.329/2024, da deputada Lohanna, e 2.526/2021, da deputada Ana Paula Siqueira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.584/2024, do deputado Professor Cleiton.

Requerimento nº 8.550/2024, da deputada Ana Paula Siqueira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 29/10/2024**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 626/2023, do deputado Betinho Pinto Coelho.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.097/2015, do deputado Sargento Rodrigues; 2.649/2015, do deputado Isauro Calais; 3.466/2022, do deputado Doutor Jean Freire; 3.594/2022, do deputado Gustavo Valadares; 1.153/2023, da deputada Lohanna e do deputado Fábio Avelar; e 2.566/2024, do deputado Tito Torres.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 8.651/2024, da deputada Leninha.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 29/10/2024**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 1.597/2023, do deputado Zé Guilherme; e 2.293/2024, do deputado Grego da Fundação.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 29/10/2024**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 1.208/2023, do deputado Leleco Pimentel; e 2.644/2024, do deputado Tito Torres.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei n° 1.432/2023, do deputado Raul Belém.

Requerimento n° 8.652/2024, do deputado Gustavo Santana.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 29/10/2024**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei n° 1.798/2023, da deputada Nayara Rocha.

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 127/2023, do deputado Doutor Jean Freire, 1.648/2023, do deputado Douglas Melo, 1.752/2023, do deputado Lucas Lasmar, e 2.572/2024, da deputada Nayara Rocha.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Christiano Xavier, Coronel Sandro, Eduardo Azevedo e Luizinho, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 29/10/2024, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei n°s 2.618/2021, do deputado Alencar da Silveira Jr., 1.263/2023, do deputado Eduardo Azevedo, e 1.710/2023, do deputado Lucas Lasmar, de votar, em turno único, os Requerimentos n°s 8.621 e

8.622/2024, da Comissão de Agropecuária e Agroindústria, e 8.653 e 8.654/2024, do deputado Sargento Rodrigues, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2024.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os deputados Rafael Martins, Cristiano Silveira, Doorgal Andrada, João Magalhães, Leonídio Bouças e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 29/10/2024, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 406/2023, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2024.

Zé Guilherme, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.293/2024

Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

Relatório

De autoria do deputado Grego da Fundação, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Amigos do Tênis de Mesa TM Minas, com sede no Município de Belo Horizonte.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Esporte Lazer e Juventude. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública Associação Amigos do Tênis de Mesa TM Minas, com sede no Município de Belo Horizonte, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a democratização do esporte.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, possibilitar o desenvolvimento humano, a saúde e o desempenho esportivo, difundir e incentivar a prática do tênis de mesa, promover e participar de atividades desportivas competitivas e não competitivas.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação Amigos do Tênis de Mesa TM Minas, consideramos meritória a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.293/2024, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2024.

Vitório Júnior, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.584/2024

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Relatório

De autoria do deputado Professor Cleiton, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Afeto de Amparo a Gestante – Rael – e os Pequenos Guerreiros – Ageva –, com sede no Município de Varginha, e foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Defesa dos Direitos da Mulher.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.584/2024 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Afeto de Amparo a Gestante – Rael – e os Pequenos Guerreiros – Ageva –, com sede no Município de Varginha, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou o atendimento integral das exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública: a entidade comprovou que tem personalidade jurídica, que está em funcionamento há mais de um ano, que os cargos de sua direção não são remunerados e que seus diretores são pessoas idôneas.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade tem por finalidade, entre outras: desenvolver projetos e ações que promovam e preservem a qualidade de vida das gestantes e recém-parturientes, bem como de seus bebês; promover reuniões individualizadas e/ou campanhas sociais de orientação e esclarecimentos sobre o período gestacional e pós- -gestacional, visando à saúde física e psicológica da gestante e de seu bebê; garantir, tanto quanto possível e dentro das possibilidades da Ageva, a assistência material, psicológica e jurídica às gestantes e recém-parturientes; promover o uso consciente e o reaproveitamento, mediante doações, de roupas de gestantes e de bebês, fomentando a solidariedade entre as gestantes e as recém-parturientes; prestar informações básicas sobre higiene, alimentação, amamentação, cuidados, acompanhamento médico e vacinação, entre outros aspectos relevantes à gestante, ao feto e ao recém-nascido; e promover a divulgação de conhecimentos e a edição de publicações didáticas, técnicas e científicas, inclusive por mídias sociais, a respeito do período gestacional e pós-gestacional.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação Afeto de Amparo a Gestante – Rael e os Pequenos Guerreiros – Ageva –, consideramos meritória a iniciativa de outorgar a ela o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.584/2024, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2024.

Ana Paula Siqueira, relatora.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 21/10/2024, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato, relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Erika Giovannini, padrão VL-27, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Leleco Pimentel.

TERMO DE CONTRATO Nº 63/2024

Número no Siad: 9439917

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Pitney Bowes Brasil Equipamentos e Serviços Ltda. Objeto: aluguel de duas máquinas de franquear, modelo DM400, com medidores postais e manutenção corretiva e preventiva. Vigência: 12 meses, a partir de 30/10/2024. Licitação: inexigível, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3390.10.1.



ERRATAS

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 5.060/2018

Comissão de Redação

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 11/9/2024, na pág. 18, no art. 1º, onde se lê:

“Art. 1º – Fica acrescentado ao *caput* do art. 2º da Lei nº 16.279, de 20 de julho de 2006, o seguinte inciso XXVIII:

‘Art. 2º – (...)

XXVIII – ter acesso, no *site* da Secretaria de Estado de Saúde – SES –, a uma lista atualizada de profissionais médicos devidamente registrados como especialistas no Conselho Regional de Medicina.’.”, leia-se:

“Art. 1º – Fica acrescentado ao *caput* do art. 2º da Lei nº 16.279, de 20 de julho de 2006, o seguinte inciso XXIX:

‘Art. 2º – (...)

XXIX – ter acesso, no *site* da Secretaria de Estado de Saúde – SES –, a uma lista atualizada de profissionais médicos devidamente registrados como especialistas no Conselho Regional de Medicina.’.”.

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.961

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 16/10/2024, na pág. 1, onde se lê:

“Art. 1º – Fica acrescentado ao *caput* do art. 2º da Lei nº 16.279, de 20 de julho de 2006, o seguinte inciso XXVIII:

‘Art. 2º – (...)

XXVIII – ter acesso, no *site* da Secretaria de Estado de Saúde – SES –, a uma lista atualizada de profissionais médicos devidamente registrados como especialistas no Conselho Regional de Medicina.’.”, leia-se:

“Art. 1º – Fica acrescentado ao *caput* do art. 2º da Lei nº 16.279, de 20 de julho de 2006, o seguinte inciso XXIX:

‘Art. 2º – (...)

XXIX – ter acesso, no *site* da Secretaria de Estado de Saúde – SES –, a uma lista atualizada de profissionais médicos devidamente registrados como especialistas no Conselho Regional de Medicina.’.”.

ATA DA 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 23/10/2024

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 25/10/2024, na pág. 12, sob o título “Requerimentos”, no despacho do Requerimento nº 8.659/2024, onde se lê:

“(– À Comissão do Trabalho.)”, leia-se:

“(– À Comissão de Transporte.)”.